



PARA QUEM LER?:
os números do analfabetismo no Brasil

Paloma Cristina de Souza*

Sérgio Roberto Trindade Diunísio**

RESUMO

O presente artigo traz um compilado de dados estatísticos sobre o analfabetismo no Brasil, possíveis causas e justificativas, e sua relação com outros aspectos socioeconômicos do país. Com base na observação e análise dos números fornecidos pelo Governo Federal, por meio do IBGE (PNAD e Censo 2010), procuramos demonstrar a influência das políticas públicas nos dados e, sobretudo de que forma esses números refletem (se é que refletem) a realidade do país.

Palavras-chave: Analfabetismo estatísticas. Brasil. Regiões. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre o analfabetismo é o primeiro passo para compreendermos todos os problemas que podem afetar uma determinada região. Ao analisarmos as estatísticas sobre analfabetismo em várias regiões do Brasil, por exemplo, percebemos claramente a relação entre este e a situação econômica nas mesmas. Só não é possível estabelecer uma relação de causa e consequência: há mais analfabetismo onde há mais pobreza, ou mais pobreza onde há menos instrução? Embora o objetivo deste artigo não seja responder a esta questão, esta é uma relação no mínimo intrigante, que pode orientar as políticas governamentais relativas à educação, emprego e renda, e balizar qualquer estudo de natureza sócio-econômica de uma

* Acadêmica do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

** Acadêmico do curso de Letras, Faculdade de Educação e Linguagem da UNEMAT – *Campus* Universitário de Sinop.

determinada região. Mas aqui, vamos nos ater à observação dos dados, e nas leituras que podemos fazer deles.

Mas antes de trazermos números e comparações, é necessário compreendermos alguns conceitos, os quais a mera elucidação nos fará termos uma nova visão destas estatísticas. E o primeiro conceito a esclarecer é justamente o de estatística. A palavra estatística é do latim e significa “estado”. Este termo provém do primeiro uso da estatística que tinha como função o registro de dados (número de habitantes da população, número de casamentos, etc.) e a elaboração de tabelas e gráficos para descrever resumidamente um determinado país em números. Passado muito tempo a estatística evoluiu, tornando-se uma ampla e complexa ciência, tirando conclusões sobre o conjunto todo a partir de amostras representativas. Uma boa definição de estatística é a de ser um conjunto de métodos especialmente apropriados à coleta, à apresentação (organização, resumo e descrição), à análise e à interpretação de dados de observação, tendo como objetivo a compreensão de uma realidade específica para a tomada de decisões. A simples associação deste conceito à palavra ESTADO já é sintomática: estaria a pesquisa estatística ‘contaminada’ com a visão do estado? Ironia à parte a pesquisa estatística pode até refletir a realidade: mas qual realidade? Com que finalidade estes números são levantados?

No Brasil, todos os anos o governo realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a fim de investigar várias características sócio-econômicas da população brasileira: população, educação, trabalho, rendimento, habitação, previdência, migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, nutrição, se valendo de questionários aplicados em domicílios escolhidos. Esta pesquisa estatística traz os dados sobre analfabetismo no Brasil, que servirão de base para este artigo, juntamente com dados do Censo/2010, e dados fornecidos pela Seduc/MT. Para a melhor compreensão, é necessário apreendermos o conceito de analfabeto utilizado pelo IBGE (e conseqüentemente pelo governo). Segundo o IBGE (Glossário PNAD, 2011, p. 44), pessoa alfabetizada é a “Pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever.” A taxa de analfabetismo é a percentagem das pessoas analfabetas de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. No caso específico do Brasil, o IBGE alinha-se ao parâmetro utilizado pela UNESCO, e leva em conta para fins de levantamento estatístico apenas pessoas acima de 15 anos de idade.

A seguir, apresentaremos dados compilados acerca do analfabetismo no Brasil, a partir do norte de Mato Grosso, até o dado nacional, com intuito de ilustrar de forma panorâmica este problema no país. A observação é obrigatória caso tenhamos a intenção de questionar as políticas educacionais do governo e/ou formar teorias acerca da realidade ou mesmo das perspectivas para a educação na região em que vivemos, no país ou no mundo. Trataremos os dados como confiáveis, por serem a única fonte sólida de consulta sobre o assunto.

2 DADOS DO NORTE DE MATO GROSSO

De um modo geral, pela análise dos dados fornecidos pela Seduc - MT, cuja fonte é atribuída ao Censo 2010 do IBGE, os números percentuais referentes aos municípios da região norte de Mato Grosso são absolutamente compatíveis com os números nacionais. Assim como no restante do país, em nossa região é possível perceber que a taxa de analfabetismo tem relação com o poderio econômico dos municípios. Cidades com economias alavancadas pelo agronegócio apresentam índices mais satisfatórios, enquanto as que têm suas economias sustentadas pela pecuária extensiva, agricultura de subsistência e extrativismo detêm os piores índices.

Neste contexto, podemos perceber nitidamente uma distinção entre a porção mais ao norte e a porção mais ao sul da região: à medida em que as cidades se colocam mais ao norte, maiores vão ficando os percentuais de analfabetos. Os municípios de Sinop (5,1%) e Sorriso (5,0%) localizados no centro da região, detêm índices que podem ser considerados medianos se comparados com os índices da própria região e com os nacionais. Mais ao sul, os municípios de Lucas do Rio Verde (3,3%) e Nova Mutum (3,9%), apresentam taxas compatíveis com as melhores do Brasil, enquanto mais a norte, municípios como Colíder (10,0%), Itaúba (12,9%) e Peixoto de Azevedo (15,5%) poderiam figurar entre os piores do país.

Em uma região como o norte de MT, onde a infra-estrutura é precária em quase todos os setores (saúde, segurança, saneamento, serviços públicos); onde é sentida a ausência do poder público federal e estadual; onde há uma grande maioria de municípios deficitários em arrecadação, que dependem de repasses da esfera federal para se manter; onde a povoação se deu por meio de colonização, com a distribuição de terras a preços módicos, parece-nos óbvio que os números referentes ao analfabetismo (e quaisquer outros relativos à educação) sejam alarmantes, do mesmo modo que as exceções a essa quase regra sejam tão fáceis de perceber e

justificar: cidades que possuem instituições de ensino superior, setor de prestação de serviços diversificado e com certo grau de especialização tendem a ter índices melhores.

Dessa forma, podemos contextualizar os dados de analfabetismo em nossa região à realidade brasileira sem grandes esforços, e tentar entendê-la neste sentido da mesma maneira que qualquer outra região do país. Ficamos apreensivos com relação a alguns números alarmantes, mas em um âmbito geral temos números que refletem a média do país.

3 ANALFABETISMO EM MATO GROSSO E NA REGIÃO CENTRO-OESTE

A PNAD/2011 apresenta os seguintes dados percentuais de analfabetos por estado:

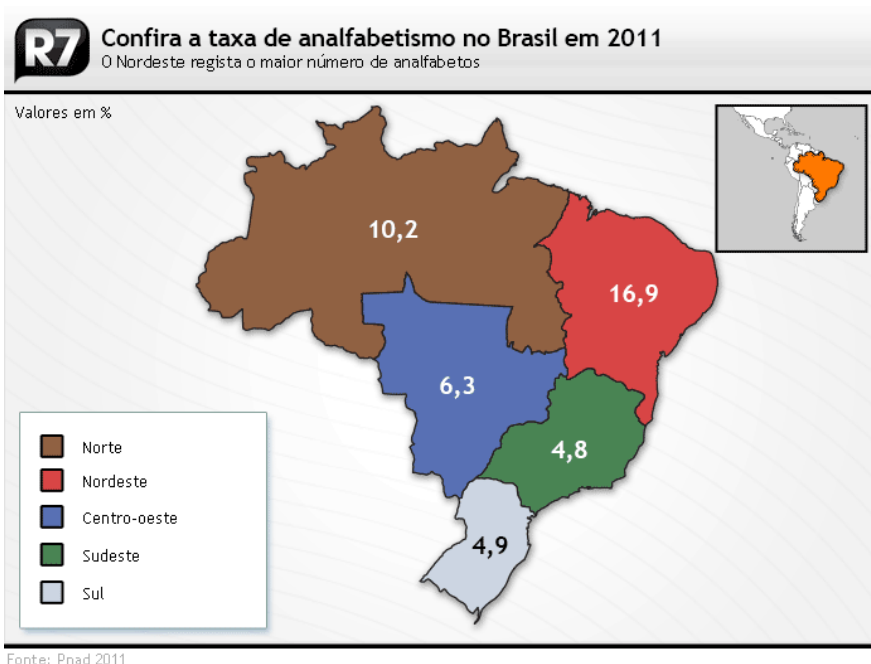
Quadro 1 - Taxa de analfabetismo por estado

AL	21,8 %	AM	8,4 %
MA	21,6 %	MG	7,9 %
PI	19,3 %	AP	7,6 %
PB	17,2 %	MT	7,4 %
CE	16,5 %	GO	7,2 %
SE	16,0 %	MS	6,4 %
RN	15,8 %	ES	6,4 %
PE	15,7 %	PR	6,3 %
AC	14,4 %	RS	4,3 %
BA	14,4 %	SC	3,9 %
TO	12,2 %	RJ	3,7 %
PA	10,6 %	SP	3,7 %
RO	9,7 %	DF	3,2 %
RR	9,6 %		

Fonte: IBGE PNAD /2011.

Quando esses números são catalogados por região, temos o seguinte mapa:

Quadro 2 - Taxa de analfabetismo por regiões



Ao fazermos uma observação dos dados alguns aspectos chamam atenção. O primeiro é o fato de a taxa de Mato Grosso (7,4%) ser maior que a taxa dos outros dois estados que compõe a região Centro-Oeste (Goiás - 7,2%; Mato Grosso do Sul - 6,4%), e Distrito Federal (3,2%). O segundo aspecto a notar é a diferença gritante entre os números do Distrito Federal e do restante da região.

Atendo-nos ao Mato Grosso, apesar de haver municípios com índices realmente preocupantes o número global do estado não chega a ser alarmante. Há que se considerar que trata-se de um estado com grande população rural, com municípios localizados a enormes distâncias, além de um histórico recente de colonização, com migração de população de outros estados (sobretudo população rural e operariado), o que compromete em muito o índice. O 10º lugar entre as 27 unidades da federação, se não é um lugar honroso, também está longe de ser um vexame.

O Distrito Federal detém o melhor índice do Brasil. As justificativas para tal observação são as mesmas aplicadas em quase todos os exemplos citados até aqui: população essencialmente urbana, pouca extensão territorial, poderio econômico da administração. Mas talvez, a maior justificativa seja de ordem política, pois não seria de bom tom para o governo brasileiro que a unidade da federação que abriga a sede do governo tivesse um índice que não fosse o melhor. Não estamos falando de fraudar o número para forjar uma impressão, nem de escolher a dedo a população que lá habita, uma vez que a população do Distrito Federal é em sua maioria constituída de imigrantes do nordeste, que detém as piores taxas do país. Trata-se

de políticas mais efetivas implantadas lá que poderiam produzir resultados semelhantes em outras regiões do país, se fosse tentado.

Assim, no que concerne ao analfabetismo, podemos ver duas regiões Centro-Oeste: uma rural e empobrecida, com índices preocupantes e outra urbana e rica, com os melhores índices do país. O contraste só não é mais percebido em razão das distâncias continentais entre centros e periferia, e principalmente pelo fato de o índice geral da região estar posicionado de forma mediana entre as unidades da federação.

4 DADOS DOS ESTADOS/REGIÕES - BRASIL

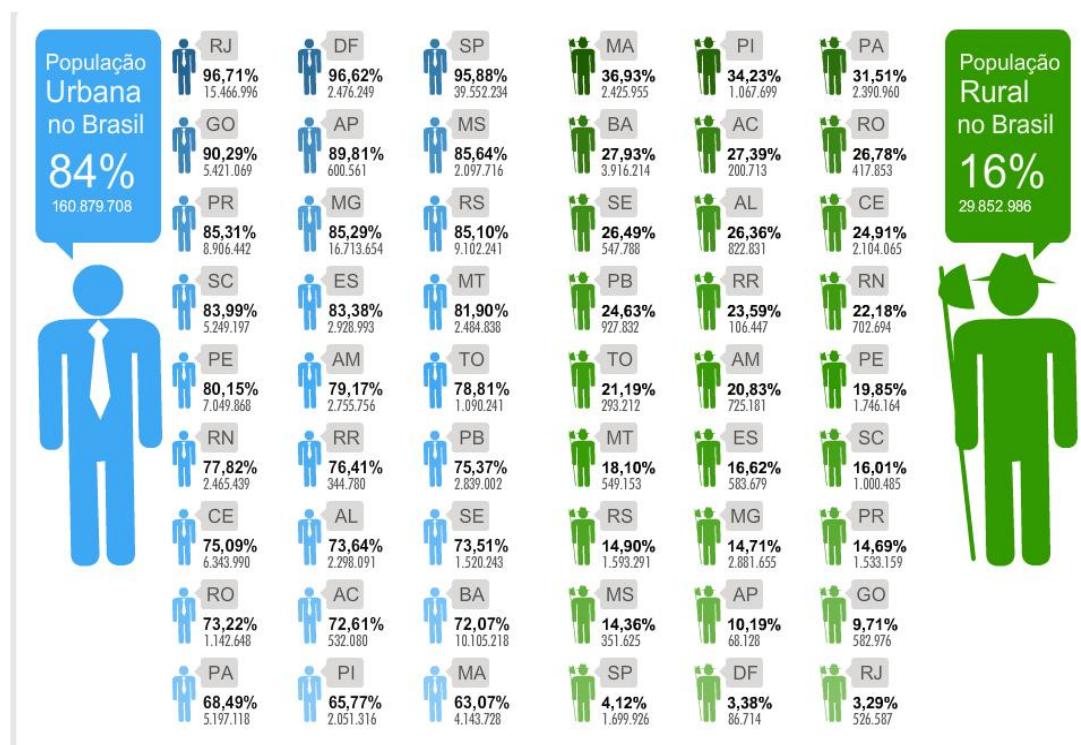
Ao observarmos as taxas de analfabetismo por estado, percebemos que os 15 piores índices de analfabetismo entre as unidades da federação são de estados das regiões norte e nordeste. Sobretudo o nordeste: os oito piores índices são de estados da região, tendo o Acre em nono e o melhor índice do nordeste fica com a Bahia, com a décima posição. Assim, os nove estados que compõem a região nordeste estão entre os dez piores índices do país.

Os estados do sudeste apresentam os melhores índices do país, mas não chegam a se destacar na comparação com os estados da região sul. Porém estes números acabam por contestar algumas justificativas utilizadas pelos governos para justificar a inoperância e/ou ineficácia de suas políticas para a educação: os estados mais populosos não são necessariamente os que apresentam os piores índices: o estado de São Paulo, que possui cerca de 22% da população do Brasil (cerca de 41 milhões de habitantes) apresenta o segundo melhor índice. O estado de Minas Gerais tem o pior índice do sudeste, (7,9%), sendo o destaque negativo entre os mais populosos, já que é o segundo estado em população, com cerca de 10% da população brasileira (19 milhões de habitantes). Já o Rio de Janeiro, tem um índice de analfabetismo igual ao de São Paulo (3,7%), mesmo tendo a terceira maior população (cerca de 16 milhões de habitantes, ou 8,5% da população do país). Para terminar o exemplo, a Bahia, que detém a quarta maior população do Brasil, com cerca de 14 milhões de pessoas (7,3% do total do País), tem absurdos 14,4% de analfabetos.

A extensão territorial também não pode ser usada como justificativa, uma vez que os maiores estados neste quesito (Amazonas, Pará e Mato Grosso) apresentam números medianos. Ainda neste critério, o Distrito Federal é o menor, e detém o melhor índice do país. Após o Distrito Federal, o menor estado é Alagoas, que na outra extremidade da lista tem o pior índice do país.

Em contraponto, há uma dado que pode servir de justificativa para a discrepância entre os números do analfabetismo entre os estados e regiões brasileiras: a proporção entre as populações urbana e rural:

Quadro 3 - População urbana x população rural



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Os estados detentores dos melhores índices do Brasil são os que possuem as menores populações rurais. Mesmo assim, apesar de os estados que possuem a maior população rural (MA, PI e PA) terem índices preocupantes, o estado de Alagoas tem, por exemplo, menos população rural que o Pará, e o dobro dos analfabetos. No meio de ambas as tabelas, os números não conseguem justificar as desigualdades e/ou semelhanças. Dessa forma, o argumento da população rural justifica em parte o índice de analfabetismo, porém parece claro que não é só esse o problema.

Existe um outro dado que também pode explicar as desigualdades regionais no que diz respeito ao analfabetismo. Esse talvez seja o dado que mais tem influência nas taxas do IBGE. É sabido que o Brasil é um país que distribui muito mal as riquezas que gera, e entre as unidades da federação a diferença entre o montante arrecadado também reflete essa desigualdade e, por conseguinte o índice de analfabetismo.

Quadro 4 - Arrecadação por estado: Brasil 2012

<i>estado</i>	<i>arrecadação (R\$)</i>
SP	285.787.514.789
RJ	141.990.394.138
DF	71.711.052.933
PR	38.497.788.589
MG	38.382.634.690
RS	32.305.919.846
SC	23.426.780.066
ES	14.269.217.683
BA	13.890.399.933
PE	12.668.823.096
AM	8.958.752.913
GO	8.496.677.994
CE	8.152.272.786
MA	4.379.150.627
PA	4.291.894.187
MT	3.579.880.852
MS	2.686.914.691
PB	2.547.192.916
RN	2.478.513.152
SE	1.872.268.286
AL	1.598.183.597
PI	1.417.238.682
RO	1.271.518.611
TO	743.642.163
AP	461.889.797
RR	418.393.818
AC	385.309.712

Fonte: Receita Federal/tabelas 2012.

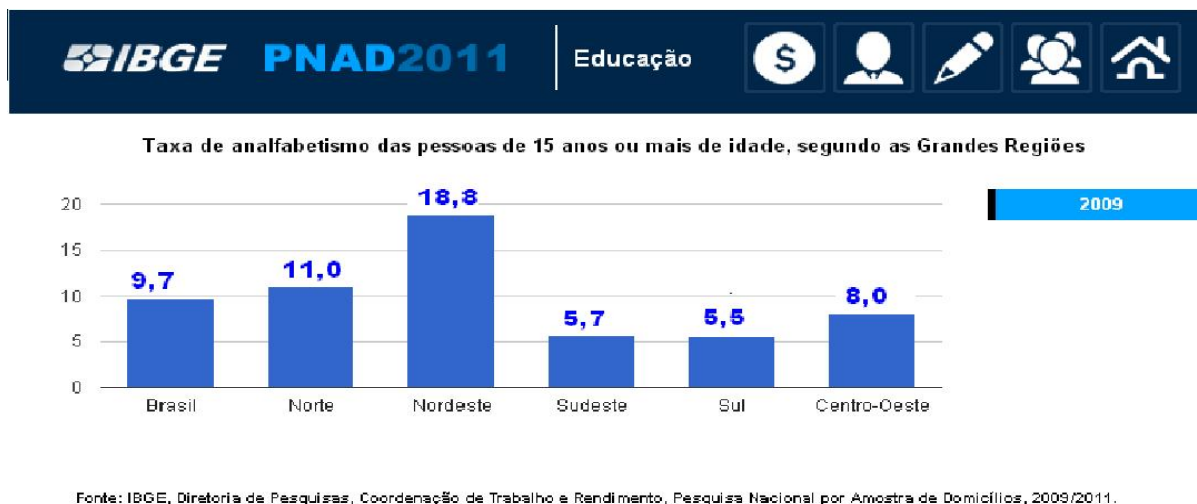
Novamente percebemos que os estados campeões de arrecadação são também os que possuem as melhores taxas de analfabetismo. Mas se a premissa se confirma com os melhores, entre os piores novamente a regra não se aplica. É óbvio que os estados com os piores índices não estão entre os campeões de arrecadação. Porém, as cinco menores arrecadações do país são de estados da região norte (AC, RR, AP, TO e RO) e seus índices se não são os melhores estão longe de competir com os do nordeste, que figura no meio da tabela de arrecadação.

5 ANÁLISE DOS DADOS

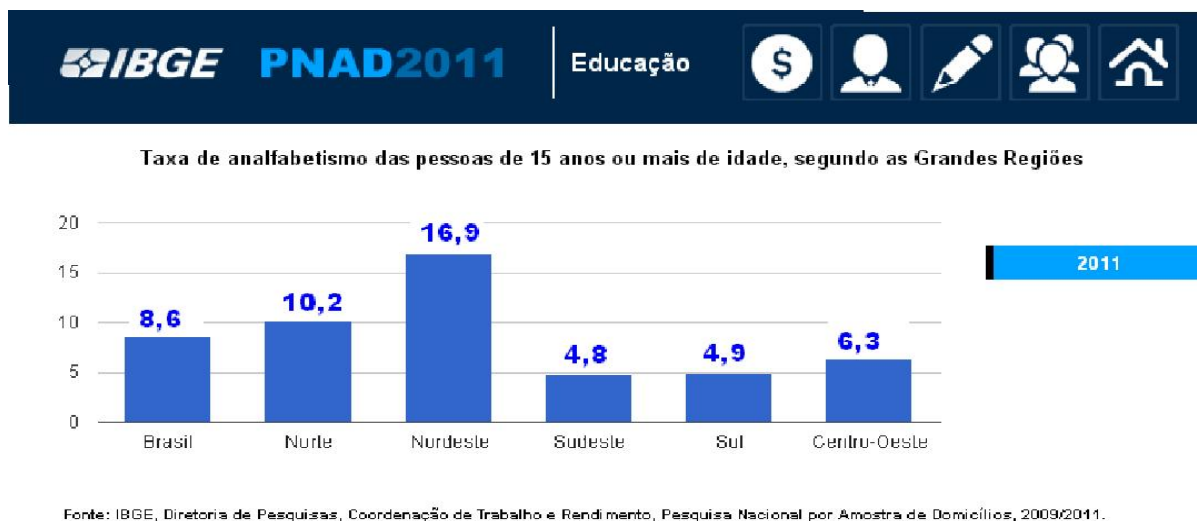
Após observarmos os dados, podemos fazer várias leituras dos mesmos e assim entendermos o problema do analfabetismo no Brasil de maneiras distintas. A extensão territorial da porção em análise pode influenciar no índice, o poderio financeiro dos estados e regiões também influencia, bem como a proporção de população urbana e rural. A quantidade de habitantes até pode influenciar de alguma forma, mas assim como os outros dados, sozinha não é determinante.

Como em todas as faces do prisma de análise que sugerimos há exceções, não há grande risco em afirmar que não há um motivo prático e tático que justifique as taxas coletadas e compiladas pelo IBGE.

Quadro 5 - Taxa de analfabetismo por nacional e por região 2009



Quadro 6 - Taxa de analfabetismo por nacional e por região 2011.



Podemos perceber que entre os anos de 2009 e 2011 houve uma sensível evolução das taxas, tanto no total nacional (caindo de 9,7% para 8,6%) como em cada uma das cinco grandes regiões. Mesmo sem avaliarmos aspectos que influenciaram essa evolução, ela é sensível, e mesmo que nos prendêssemos ao estudo de inúmeros fatores que poderiam

ocasionar esta mudança, o espaço de apenas dois anos é ínfimo, e quase nada poderia justificar uma evolução desse porte.

Números quase sempre são utilizados para balizar decisões estratégicas, justificar ações mais focadas, orientar mudanças políticas que podem refletir neles, e alterá-los, passando a impressão após mera análise de que a evolução se deu por conta de ação extremamente acertada, executada com competência (no caso em questão) pelos governos. Mas é preciso lembrar que a pesquisa estatística só reflete o que o parâmetro determinado pelo pesquisador permite. Vale relembrar o conceito de pessoa alfabetizada (Glossário PNAD, 2011, p. 44): “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece, inclusive a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever”. O fato de em 2 anos as pessoas aprenderem a escrever um pequeno bilhete não representa avanço na educação de um país, muito menos eficácia de suas políticas. Mesmo assim, ainda que consideremos que tenha havido algum avanço, o país ainda tem assustadores 13,5 milhões de pessoas totalmente analfabetas.

6 CONCLUSÃO

Dados e números foram jogados à mesa.

Uma infinidade de justificativas e desculpas podem ser ditas, porém o problema existe e talvez seja muito maior do que imaginamos. Os dados do IBGE parecem remeter à etimologia da palavra estatística, e refletir exatamente o que o estado deseja. Um número que é absurdo absoluta e relativamente, mas que se atenua por uma evolução que sequer significa melhora.

A desigualdade dentro de uma região como o norte de Mato Grosso, é similar à desigualdade entre os estados da Região Centro-Oeste, entre as grandes regiões do país, entre os estados e em qualquer outro parâmetro que nos valermos. A cultura da desigualdade impera no Brasil, e achamos natural que haja um Brasil, pujante, tecnológico e rico e um outro Brasil absolutamente miserável.

Como dissemos na introdução não é possível estabelecer uma relação de causa e consequência entre analfabetismo e pobreza, mas a relação existe e é bem visível. O grande número de exceções às regras que se aplicam para justificar as taxas absurdas de alguns estados e regiões do Brasil, nos faz crer que a única explicação realmente plausível para o analfabetismo e porque não dizer para os problemas da educação é a falta de empenho dos governos e a falta de políticas adequadas.

Discutir estes temas seria muito pertinente, mas o intuito deste artigo é alertar que independentemente do que os números sugerem ou refletem, dentro dos parâmetros adotados mesmo que evolua, não significa que o país esteja melhorando.

Em um país onde as pessoas ainda não perceberam a importância da educação, que os políticos ainda fazem questão de manter a população sem esclarecimento para conservar seus currais eleitorais, onde a filosofia do *panis et circenses* ainda é aplicada, onde a demanda de infra-estrutura camufla a falta de capacitação do trabalhadores que aceitam trabalho braçal com a felicidade de quem está transformando a própria vida, é difícil exigir qualquer coisa.

Se pensarmos a leitura como um processo de apreensão e compreensão de algum tipo de informação transmitida mediante determinados códigos, como a linguagem, a mera associação de letras em sílabas, de sílabas em palavras, de palavras em ‘pequenos bilhetes’ está longe de ser leitura. No ritmo que estamos, chegará o dia em que para o governo não mais teremos analfabetos, porém a população só saberá se alguém disser e fizer o desenho, pois se depender de leitura...

FOR WHOM TO READ?: the numbers of illiteracy in Brasil

ABSTRACT¹

The current article holds a compilation of statistic data about illiteracy in Brazil, possible causes and justification and its relationship with other socio-economical aspects of the country. Based of the observation and analysis of the figures supplied by the Federal Government through IBGE (PNAD and Census 2010). We have tried to demonstrate the influence of public policies upon the gathered data and furthermore how these figures reflect the reality of the country (whether they do).

Keywords: Illiteracy statistics. Brazil. Regions. Public Policies.

REFERÊNCIAS

ARRECADAÇÃO por Estado 2012. **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/PorEstado/2012/default.htm>>. Acesso em: 14 maio 2013.

¹ Tradução por Maria Amélia Conter de São José (CRLE – Revista **Eventos Pedagógicos**).

DUARTE, Marcos. **Infoescola**. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/matematica/estatistica/>>. Acesso em: 08 maio 2013.

IBGE. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2011. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/graficos_dinamicos/pnad2011/>. Acesso em: 08 maio 2013.

_____. PNAD 2011. **Síntese dos Indicadores**. Disponível em:
<ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf>. Acesso em: 18 maio 2013.

NITAHARA, Akemi. **Agência Brasil**. Disponível em:
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-09-21/pnad-analfabetismo-diminui-mas-ainda-atinge-quase-13-milhoes-de-pessoas-no-brasil>>. Acesso em: 08 maio 2013.

SEIFE, Charles. **Os Números (não) mentem**. São Paulo: Zahar, 2013. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1117951-numeros-sao-usados-para-manipular-a-opiniao-publica-diz-matematico.shtml>>. Acesso em: 08 maio 2013.

UOL Notícias. **CENSO 2010**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/censo-2010/populacao-urbana-e-rural/>>. Acesso em: 14 maio 2013.